

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.032.727 - RS (2016/0329121-3)

RELATORA : MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : EDUARDO RIBAS DO NASCIMENTO
ADVOGADO : EDUARDO RIBAS DO NASCIMENTO (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS043065
AGRAVANTE : CRISTIANO CAJU FREITAS
ADVOGADO : CRISTIANO CAJU FREITAS (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS043315
AGRAVANTE : ARACI CECILIA DA SILVA TEIXEIRA
ADVOGADOS : EDUARDO RIBAS DO NASCIMENTO - RS043065
CRISTIANO CAJU FREITAS E OUTRO(S) - RS043315
AGRAVADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORES : MARLISE FISCHER GEHRES E OUTRO(S) - RS050819
NILTON ROGERIO BORGES MIRANDA - RS041989

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por ARACI CECÍLIA DA SILVA TEIXEIRA e OUTROS, na vigência do CPC/2015, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que inadmitiu o Recurso Especial manejado pelo agravado contra acórdão de fls. 191/202e.

A irresignação não merece conhecimento.

Com efeito, o art. 996, do CPC/2015 dispõe sobre os legitimados para interpor recurso e os requisitos exigidos quanto ao terceiro interessado, senão vejamos:

"Art. 996. **O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.**

Parágrafo único. Cumpre ao terceiro demonstrar a possibilidade de a decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial atingir direito de que se afirme titular ou que possa discutir em juízo como substituto processual".

No caso dos autos, a par de ambas as partes terem manejado o competente Recurso Especial (fls. 237/251e e 253/258e) contra o acórdão de fls. 191/202e, verifica-se que a decisão de fls. 278/281e, determinou o sobrestamento do apelo nobre manejado pelo IPERGS, até conclusão do julgamento do Resp 1.336.026/PE, afetado à sistemático do antigo art. 543-C, do CPC/73, além de inadmitir o recurso interposto pelo agravantes, com base nas Súmulas 284/STF e 13/STJ.

Irresignados os agravantes interpuseram o competente Agravo (fls. 285/291e), o qual não foi conhecido por esta Corte, nos termos do **decisum** de fls. 308/309e.

Transitado em julgado o referido **decisum** (fls. 427e), os autos retornaram

ao Tribunal de origem, que, considerando o julgamento do Recurso Especial repetitivo 1.336.026/PE, realizou o competente juízo de admissibilidade do apelo nobre manejado pelo IPERGS, vindo a não admiti-lo, nos termos do **decisum** de fls. 556/568e, o qual é atacado através do presente Agravo.

Desse modo, consoante bem posto na contraminuta de fls. 584/586e, a **decisão aqui agravada teve o condão de inadmitir o Recurso Especial interposto pela parte agravada, ou seja, pelo IPERGS, o que evidencia a patente ilegitimidade recursal e interesse recursal da parte agravante, haja vista o decisum agravado não ter lhe causado prejuízo.**

Nesse sentido, assim já decidiu esta Corte, **in verbis**:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE NÃO CONHECE DE AGRAVO OBJETIVANDO O SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO POR OUTRO PARTE. ILEGITIMIDADE RECURSAL. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. Carece de legitimidade recursal ativa a parte que interpõe agravo interno contra decisão monocrática que não conhece de agravo objetivando o seguimento de recurso especial interposto por outra parte, porquanto somente o insurgente dessa irresignação possuirá interesse e legitimidade para recorrer. Precedentes.

2. Não pode ser conhecido o agravo interno interposto por SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, por ser carecedora de legitimidade recursal, uma vez que se insurge contra decisão que não conheceu do agravo em recurso especial interposto por terceiro, no caso, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, objetivando o seguimento do apelo extremo manejado por esta última.

3. Não conheço do agravo interno, com aplicação de multa" (STJ, AgInt no AgInt no AREsp 1.215.678/CE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 28/09/2018).

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO. IBAMA. DENEGAÇÃO DE SEGUIMENTO. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO REGIMENTAL. INTERPOSIÇÃO EXCLUSIVAMENTE PELO INSTITUTO CHICO MENDES. CARÊNCIA DE LEGITIMIDADE E DE INTERESSE RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO.

1. A **decisão monocrática que nega seguimento a recurso especial interposto pelo IBAMA desafia o manejo de agravo regimental pelo mesmo ente autárquico.**

2. Por essa razão, o agravo regimental interposto pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) se ressentida

falta de legitimidade e de interesse recursal.

3. Agravo regimental não conhecido" (STJ, AgRg no REsp 1.300.511/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2013).

"AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PENSÃO POR MORTE. PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS INTERPOSTOS PELA UNIÃO, PELA EX-MULHER E PELA EX-COMPANHEIRA. RECURSO ESPECIAL DA EX-COMPANHEIRA NÃO ADMITIDO. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DO CABÍVEL AGRAVO DO ART. 544 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRECLUSÃO. OCORRÊNCIA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AOS RECURSOS ESPECIAIS DA UNIÃO E DA EX-MULHER. ILEGITIMIDADE DA EX-COMPANHEIRA PARA INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL PARA FAZER PREVALECER A PRETENSÃO DA UNIÃO VEICULADA NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

1. Carece de legitimidade recursal ativa a parte que interpõe agravo regimental contra decisão monocrática que nega seguimento a recurso especial interposto por outra parte. Precedente.

2. Não interposto agravo contra a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, resta preclusa a pretensão da Agravante de alterar o acórdão recorrido, especificamente no que diz respeito ao rateio da pensão por morte.

3. Agravo regimental não conhecido" (STJ, AgRg no REsp 1.099.268/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 01/08/2014).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, **não conheço** do Agravo.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora